

Brasil quer desconto para fazer parte de observatório europeu



Quatro anos depois de assinar um acordo para fazer parte do **ESO** (Observatório Europeu do Sul), o Governo brasileiro decidiu pedir um desconto no preço. O **consórcio internacional** está disposto a conversar.

O acerto, que conta com o apoio da maior parte da **comunidade astronômica nacional**, originalmente envolvia um gasto de cerca de US\$ 350 milhões em dez anos.

Assinado em dezembro de 2010, pelo então ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, o acordo ainda está em **processo de tramitação no Congresso**.

Desde a assinatura, o ESO concedeu aos astrônomos brasileiros acesso a todas as suas instalações de pesquisa, já na condição de membro. Mas, sem a ratificação do Legislativo, o Governo brasileiro até agora nada pagou.

A morosidade está atrapalhando os planos da organização europeia, que contava com o comprometimento do Brasil para ajudar a financiar a construção do E-ELT (European Extremely Large Telescope), que será o maior telescópio do mundo quando ficar pronto.

Depois de passar por três comissões na Câmara, o acordo chegou à Comissão de Finanças e Tributação, de onde só pode sair aprovado se houver definição de alocação de verbas para o projeto.

Aí empacou. Ninguém quer abraçar o projeto, iniciado na gestão anterior. O ESO foi notificado de que havia problemas para fechar a questão nos valores propostos.

Em carta enviada a Clélio Campolina Diniz, ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, redigida em 18 de junho e obtida pela *Folha*, o diretor-geral do ESO, Tim de Zeeuw, sinaliza a disposição de renegociar.

“O presidente do Conselho do ESO, Professor Xavier Barcons, e eu acreditamos que seria muito útil se pudéssemos visitá-los em Brasília para ajudar na resolução dessas questões financeiras de uma maneira construtiva”, escreveu de Zeeuw, sinalizando também que seria importante obter a ratificação no Congresso até agosto, em tempo para que empresas brasileiras possam participar das licitações da construção do E-ELT, no Chile.

Em junho, o Governo brasileiro resolveu formar uma **comissão interministerial**, a fim de rediscutir os termos do acordo. Entretanto, a comissão ainda está por se reunir.

Fonte: Folha de São Paulo